

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	35
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	741.163	683.925
1.01	Ativo Circulante	290.956	177.669
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	113.729	46.697
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.397	17.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	60.397	17.740
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	60.397	17.740
1.01.03	Contas a Receber	68.905	63.029
1.01.03.01	Clientes	68.905	63.029
1.01.03.01.01	Contas a Receber	67.214	60.990
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.691	2.039
1.01.06	Tributos a Recuperar	226	2.008
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.287	2.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	45.412	45.293
1.01.08.03	Outros	45.412	45.293
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	32	51
1.01.08.03.04	Outros Créditos	424	286
1.02	Ativo Não Circulante	450.207	506.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.918	48.941
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.745	1.740
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	618	777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	618	777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	35.555	46.424
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	33.717	44.955
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.838	1.469
1.02.03	Imobilizado	19.926	21.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.294	18.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.632	2.921
1.02.04	Intangível	392.363	435.613
1.02.04.01	Intangíveis	392.363	435.613
1.02.04.01.02	Intangível	355.975	401.315
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	36.388	34.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	741.163	683.925
2.01	Passivo Circulante	393.625	410.658
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.437	6.773
2.01.01.01	Obrigações Sociais	897	1.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.540	5.762
2.01.02	Fornecedores	11.899	13.401
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.755	13.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	144	131
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.783	55.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.301	50.469
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.035	46.296
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.266	4.173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.482	4.709
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.482	4.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	327.277	314.444
2.01.04.02	Debêntures	327.277	314.444
2.01.05	Outras Obrigações	15.229	20.862
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.215	4.054
2.01.05.02	Outros	12.014	16.808
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.301	1.367
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	10.713	15.441
2.02	Passivo Não Circulante	24.525	26.587
2.02.02	Outras Obrigações	166	166
2.02.02.02	Outros	166	166
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	166	166
2.02.03	Tributos Diferidos	19.316	21.505
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.316	21.505
2.02.04	Provisões	5.043	4.916
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.043	4.916
2.03	Patrimônio Líquido	323.013	246.680
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	104.275	104.275
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.187	1.187
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	75.100	75.100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.333	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	236.471	232.251
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	258.564	254.050
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	-22.093	-21.799
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.873	-100.095
3.02.01	Custo de Construção	-3.201	-2.503
3.02.03	Depreciação e Amortização	-46.837	-44.949
3.02.04	Custo de Outorga	-15.068	-15.018
3.02.05	Serviços	-15.313	-23.134
3.02.06	Custo com Pessoal	-8.789	-9.688
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.627	-3.192
3.02.08	Outros	-2.038	-1.611
3.03	Resultado Bruto	142.598	132.156
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.107	-12.549
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.123	-13.713
3.04.02.01	Serviços	-8.310	-7.125
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-328	-336
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.106	-4.228
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-256	-141
3.04.02.05	Água, luz, telefone, internet e gás	-584	-762
3.04.02.06	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-49	27
3.04.02.07	Outros	-4.490	-1.148
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	235	1.180
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-219	-16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	126.491	119.607
3.06	Resultado Financeiro	-10.701	-10.212
3.06.01	Receitas Financeiras	1.613	3.180
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.314	-13.392
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.790	109.395
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.457	-37.316
3.08.01	Corrente	-41.646	-39.723
3.08.02	Diferido	2.189	2.407
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.333	72.079
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.333	72.079
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00520	0,00491
3.99.01.02	PN	0,00572	0,00540
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00520	0,00491
3.99.02.02	PN	0,00572	0,00540

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	76.333	72.079
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.333	72.079

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	110.329	111.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	144.284	138.927
6.01.01.01	Lucro Líquido no Período	76.333	72.079
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.189	-2.407
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	11.238	11.239
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	42.335	40.679
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	4.830	4.606
6.01.01.06	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	43	30
6.01.01.08	Atualização monetária s/ riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	183	213
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	12.833	12.947
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.564	-609
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada – Contas a Receber	49	-27
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	191	174
6.01.01.18	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	2	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.955	-27.903
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-6.273	4.569
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	507	80
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	1.799	3.398
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	108	1.394
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	19	199
6.01.02.07	Fornecedores	-1.504	583
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-839	566
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	664	2.099
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	39.844	35.665
6.01.02.11	Liquidação de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-247	-1.000
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-66	-154
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-4.728	-989
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-63.239	-74.313
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.292	-100.953
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-606	-1.288
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-3.637	-2.834
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	3.608	0
6.02.04	Aplicações Financeiras Líquidas de resgate	-42.657	-96.831
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5	0
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	-5	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	67.032	10.071
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.697	6.591
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	113.729	16.662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.333	0	76.333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.333	0	76.333
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	104.275	76.333	0	323.013

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.457	0	0	246.862
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.079	0	72.079
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.079	0	72.079
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	104.457	72.079	0	318.941

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	260.079	254.686
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	258.564	254.050
7.01.02	Outras Receitas	1.564	609
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-49	27
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.285	-37.887
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.212	-26.251
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.872	-9.133
7.02.04	Outros	-3.201	-2.503
7.02.04.01	Custo de Construção	-3.201	-2.503
7.03	Valor Adicionado Bruto	208.794	216.799
7.04	Retenções	-47.165	-45.285
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.165	-45.285
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	161.629	171.514
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.613	3.180
7.06.02	Receitas Financeiras	1.613	3.180
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.242	174.694
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.242	174.694
7.08.01	Pessoal	9.561	12.505
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.124	8.265
7.08.01.02	Benefícios	2.839	3.566
7.08.01.03	F.G.T.S.	414	433
7.08.01.04	Outros	184	241
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.043	60.688
7.08.02.01	Federais	50.143	47.956
7.08.02.02	Estaduais	137	137
7.08.02.03	Municipais	12.763	12.595
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.305	29.422
7.08.03.01	Juros	13.865	13.985
7.08.03.02	Aluguéis	440	419
7.08.03.03	Outras	0	15.018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	76.333	72.079
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.333	72.079

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais (ITR)

Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2021

A ViaOeste (“CCR ViaOeste” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1º trimestre de 2020.

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 233,3 milhões (1,5%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 76,3 milhões (5,9%);
- O EBIT atingiu R\$ 126,5 milhões (5,8%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 184,9 milhões (5%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT21	1ºT20	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	233,3	229,7	1,5%
EBIT	126,5	119,6	5,8%
Margem EBIT Ajustada (a)	54,2%	52,1%	2,2 p.p
EBITDA Ajustado	184,9	176,1	5,0%
Margem EBITDA Ajustada (a)	79,3%	76,7%	2,6 p.p
Lucro Líquido	76,3	72,1	5,9%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas, excluindo as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid.²	1ºT21	1ºT20	Var.%
Veículos Equivalentes	27.079.036	27.285.638	-0,8%
Veículos Leves (Eq)	14.737.709	15.872.216	-7,1%
Veículos Pesados (Eq)	12.341.327	11.413.422	8,1%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (-0,8%)

O tráfego consolidado do 1T21 registrou queda de 0,8% sobre o 1T20, sob influência da intensificação das medidas de restrição e isolamento social a partir de 06 de março de 2021, que estão em vigor desde março de 2020 quando foi decretado quarentena no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de Passeio (-7,1%)

As medidas contra o COVID-19 impactaram fortemente a movimentação no tráfego de passeio que registrou queda de 7,1% sobre o 1T20.

Comentário do Desempenho

Veículos Comerciais (+8,1%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T21, ainda que impactada pelas medidas contra o COVID-19, registrou crescimento de 8,1% comparada ao 1T20, sob forte influência da movimentação do agronegócio. No acumulado até fevereiro o Porto de Santos registrou movimentação recorde 5,4% acima do recorde anterior para o período obtido em 2019 e 6,0% acima de 2020.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	1ºT21	1ºT20	Var. %
Receita de Pedágio	250.151	247.031	1,3%
Receitas Acessórias	4.179	3.696	13,1%
Receita de Partes Relacionadas	1.033	820	26,0%
Receita Bruta Operacional	255.363	251.547	1,5%

Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	1ºT21	1ºT20	Var. %
Total	3.201	2.503	27,9%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da Companhia acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 1T21, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700.

Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 1T21 registrou aumento de 1,5% em relação ao 1T20, influenciada principalmente pela retomada das atividades comerciais no Estado de São Paulo por conta da ligeira melhora pandemia do COVID-19.

A Receita líquida operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita operacional bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	1ºT21	1ºT20	Var. %
Custo de Construção	3.201	2.503	27,9%
Depreciação e Amortização	47.165	45.285	4,2%
Custos da Outorga	15.068	15.018	0,3%
Serviços de Terceiros	23.623	30.259	-21,9%
Custo com Pessoal	10.895	13.916	-21,7%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.883	3.333	-13,5%
Outros	7.145	2.330	206,7%
Custos e Despesas	109.980	112.644	-2,4%

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas totalizaram R\$ 109.980 no 1T21. Os principais fatores que contribuíram para a redução de -2,4% em relação a 1T20, foram:

Custo de construção: Acréscimo de 27,9% no 1T21, comparado com o 1T20. Reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.

Depreciação e amortização: Somaram R\$ 47.165 no 1T21. O crescimento de 4,2% em relação ao 1T20 decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos.

Custos da outorga: Inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 15.068 no 1T21, apresentando aumento de 0,3% em relação a 1T20 em razão do aumento na receita operacional.

Serviços de terceiros: No 1T21 totalizou R\$ 23.623, representando queda de 21,9% em relação a 1T20. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.

Custo com pessoal: No 1T21 houve redução de 21,7% em relação a 1T20, em virtude da reestruturação do quadro de pessoal.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Neste trimestre houve redução de 13,5% em comparação com o 1T20, impactado principalmente pela demanda de materiais para manutenção e conservação.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1ºT21	1ºT20	Var.%
Lucro Líquido	76,3	72,1	5,9%
(+) IR/CS	39,5	37,3	5,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido	10,7	10,2	4,7%
(+) Depreciação e Amortização	47,2	45,3	4,2%
EBITDA (a)	173,7	164,9	5,3%
Margem EBITDA (a)	73,4%	71,0%	2,4 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	11,2	0,0%
EBITDA Ajustado	184,9	176,1	5,0%
Margem EBITDA Ajustada (c)	79,3%	76,7%	2,6 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	1ºT21	1ºT20	Var.%
Lucro Líquido	76,3	72,1	5,9%
(+) IR/CS	39,5	37,3	5,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido	10,7	10,2	4,7%
EBIT (a)	126,5	119,6	5,8%
Margem EBIT (a)	53,5%	51,5%	2 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	54,2%	52,1%	2,2 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	1ºT21	1ºT20	Var. %
Despesas Financeiras	(12,3)	(13,4)	-8,0%
Debêntures - Juros e Var. Monet.	(12,2)	(13,3)	-8,1%
Taxas, Comissões e Outros	(0,1)	(0,1)	0,0%
Receitas Financeiras	1,6	3,2	-50,5%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	0,5	2,0	-75,9%
Outras Receitas Financeiras	1,1	1,2	-8,3%
Resultado Financeiro	(10,7)	(10,2)	5,3%

O Resultado Financeiro do 1T21 apresenta melhora de 4,7% em relação ao 1T20, principalmente em virtude da queda do indexador CDI e da liquidação da 7ª emissão de debêntures em novembro de 2020.

2. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	1ºT21	1ºT20	Var. %
Total de Acidentes	705	662	6,5%
Total de Vítimas	412	378	9,0%

O aumento do número de acidentes e feridos se dá por conta da retomada do tráfego ora reduzido por conta do COVID-19. Com a flexibilização das medidas restritivas e a chegada das férias, foi percebido um número alto de veículos nas pistas durante os primeiros meses, principalmente em trechos menos urbanos.

Outro ponto a se considerar também é o cancelamento do Carnaval, situação que apresentou um aumento de tráfego no período em relação ao ano anterior, que consequentemente aumenta a exposição dos clientes à acidentes.

Finalmente, é necessário mencionar que no mês de março de 2020 foi o início da pandemia, momento de maior restrição ao tráfego e maior redução registrada, que diminuiu os números absolutos do ano de referência.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Caminhos para a Cidadania - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em 400 escolas por ano, em 16 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2021, as atividades estão sendo desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores estão sendo realizados

Comentário do Desempenho

cursos online, com questões pertinentes ao momento de pandemia em que o mundo está vivendo. Para apoio aos alunos foram disponibilizados no site www.caminhosparaacidania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

Estrada para Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

5. Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2021.

Barueri, 13 de maio de 2021.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2021

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A..

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

1.1. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, sendo R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nesta ITR.

A Companhia e sua Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

Notas Explicativas

1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de março de 2021, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:

Comparações entre 2021 x 2020

Real 2021 x Real 2020					
Veiculos Equivalentes					
12/mar/2021 a 31/mar/2021			01/jan/2021 a 31/mar/2021		
x			x		
12/mar/2020 a 31/mar/2020			01/jan/2020 a 31/mar/2020		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
15,2%	10,5%	12,7%	-7,2%	8,1%	-0,8%

Comparações entre 2021 x 2019

Real 2021 x Real 2019					
Veiculos Equivalentes					
12/mar/2021 a 31/mar/2021			01/jan/2021 a 31/mar/2021		
x			x		
12/mar/2019 a 31/mar/2019			01/jan/2019 a 31/mar/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-27,8%	14,2%	-10,7%	-12,9%	13,8%	-2,5%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado em Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas informações trimestrais:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou a gerariam quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Notas Explicativas

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020 com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte dos colaboradores do grupo de liderados. Em 31 de março de 2021 não há contratos suspensos.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo

Notas Explicativas

administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 5 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à concessionária. Em 5 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da Companhia, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 7 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais.

Em 3 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 2 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Em 28 de junho de 2019, foi proferida sentença julgando improcedente a ação ajuizada pela Companhia e procedente a ação ajuizada pelo Estado e a ARTESP. Em 2 de outubro de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa.

Em 1º de fevereiro de 2015, foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a Companhia protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário.

Em 14 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso especial e foi proferida decisão que tanto inadmitiu como negou seguimento ao recurso extraordinário interpostos pela Companhia.

Em 27 de março 2019, a Companhia interpôs agravo em recurso especial, agravo em recurso extraordinário e agravo interno. Em 12 de junho de 2019, foi certificado que o Estado de São Paulo e a ARTESP não apresentaram contrarrazões aos recursos interpostos pela Companhia.

Em 26 de setembro de 2019, a câmara especial de presidentes do TJSP, negou provimento ao agravo interno.

Notas Explicativas

Os autos foram remetidos ao STJ e em 26 de março de 2020, o Min. Relator conheceu do agravo em recurso especial para conhecer em parte o recurso e negar-lhe provimento.

Em 22 de maio de 2020, a Companhia interpôs agravo interno. Na sessão de julgamento do dia 20 de outubro de 2020, foi negado provimento ao agravo interno da concessionária. Em 27 de novembro de 2020, a Companhia opôs recurso de embargos de declaração. Na sequência, em 5 de dezembro de 2020, os réus impugnam o recurso. Na sessão de julgamento do dia 2 de março de 2021, os embargos de declaração foram rejeitados.

ii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a Controladora CCR S.A. divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, o Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP e a Companhia, contrato de concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011.

Referido TAM tinha como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de IGP-M para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foi celebrado Termo de Retirratificação ao TAM celebrado, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Ante a demora da ARTESP na inauguração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 5 de abril de 2017, ajuizou ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Em 18 de outubro de 2019, foi proferida sentença julgando procedente a ação. Contra a sentença, as partes opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

Em que pese a sentença ter sido procedente, em 12 de fevereiro de 2020, a Companhia interpôs recurso de apelação, contra a parte da decisão que determinou a instauração de fase de

Notas Explicativas

liquidação, tendo em vista que o laudo pericial, adotado na própria sentença, indicou expressamente que o reequilíbrio contratual deverá ser promovido mediante a prorrogação do prazo contratual.

Após período de suspensão do processo, foi retomado o curso do processo em 4 de novembro de 2020. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Companhia.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até o presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 13 de maio de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros..

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 102.669, substancialmente compostos por debêntures a pagar, detalhados na nota explicativa nº 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	3.808	5.279
Fundos de investimentos	109.921	41.418
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>113.729</u>	<u>46.697</u>
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	60.397	17.740
Total - Circulante	<u>60.397</u>	<u>17.740</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	1.745	1.740
Total - Não Circulante	<u>1.745</u>	<u>1.740</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>62.142</u>	<u>19.480</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,58% do CDI, equivalente a 2,02% ao ano (96,33% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

(a) Refere-se a conta reserva para a compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	66.198	60.214
Receitas acessórias (b)	1.191	902
	67.389	61.116
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(175)	(126)
	<u>67.214</u>	<u>60.990</u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	66.937	60.932
Créditos vencidos até 60 dias	273	58
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	53	67
Créditos vencidos há mais de 180 dias	122	59
	<u>67.389</u>	<u>61.116</u>

Notas Explicativas

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	115.790	109.395
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(39.369)	(37.194)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(113)	(195)
Incentivo relativo ao imposto de renda	17	249
Remuneração variável de dirigentes estatutários	2	(182)
Outros ajustes tributários	<u>6</u>	<u>6</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(39.457)</u>	<u>(37.316)</u>
Impostos correntes	(41.646)	(39.723)
Impostos diferidos	<u>2.189</u>	<u>2.407</u>
	<u>(39.457)</u>	<u>(37.316)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,08%</u>	<u>34,11%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	31/03/2021		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	58	235	235	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	17	60	60	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	44	1.715	1.715	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(23.724)	2.024	(21.700)	12.722	(34.422)
Outros	<u>328</u>	<u>46</u>	<u>374</u>	<u>374</u>	<u>-</u>
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	2.189	(19.316)	15.106	(34.422)
Compensação de imposto	-	-	-	(15.106)	15.106
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(21.505)</u>	<u>2.189</u>	<u>(19.316)</u>	<u>-</u>	<u>(19.316)</u>

Notas Explicativas

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2020		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.135	187	1.322	1.322	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	9	(9)	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.173	(208)	1.965	1.965	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(33.298)	2.379	(30.919)	12.722	(43.641)
Outros	145	58	203	203	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(29.836)	2.407	(27.429)	16.212	(43.641)
Compensação de imposto	-	-	-	(16.212)	16.212
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(29.836)	2.407	(27.429)	-	(27.429)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	3.297	3.297	41.659	41.659	44.956	44.956
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Não Circulante	2.473	3.297	31.244	41.658	33.717	44.955

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2021, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 11.239 (R\$ 11.239 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 30 de março de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	31/03/2021		31/03/2021	
	Receitas	Despesas / custos com serviços prestados	Ativo	Passivo
		Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta				
CCR	-	3.514 (a)	2 (d)	1.125 (a)(d)
Outras partes relacionadas				
CPC	-	6.479 (e)	1 (b)	2.027 (d)(e)
AutoBAn	-	-	2 (d)	13 (d)
Samm	1.033 (c)	75 (f)	2.258 (c)	25 (f)
RodoAnel Oeste	-	-	44 (d)	25 (d)
ViaMobilidade	-	-	2 (b)	-
Total	1.033	10.068	2.309	3.215

	Transações		Saldos	
	31/03/2020		31/12/2020	
	Receitas	Despesas / custos com serviços prestados	Ativo	Passivo
		Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora				
Infra SP	-	-	9 (d)	12 (d)
Controladora indireta				
CCR	-	3.377 (a)	21 (d)	1.072 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	-	7.831 (e)	121 (d)	2.663 (d) (e)
Samm	820 (c)	129 (f)	2.461 (c)	57 (d) (f)
RodoAnel Oeste	-	-	36 (d)	40 (d)
SPVias	-	-	76 (d)	3 (d)
CIIS	-	-	13 (d)	17 (d)
Renovias	-	-	16 (d)	4 (d)
ViaMobilidade	-	-	10 (d)	18 (d)
CCR ViaSul	-	-	1 (d)	-
LamVias	-	-	52 (d)	168 (d)
Total	820	11.337	2.816	4.054

Despesas com profissionais chave da Administração

	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	263
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	313	111
Previdência privada	-	12
Seguro de vida	-	1
	313	387

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores (g)	494	181

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se à transferência devido a venda de ativo imobilizado;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujo valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao faturamento; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/03/2021			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.250	-	(82)	9	-	4.177
Máquinas e equipamentos		32.243	-	(353)	9	-	31.899
Veículos		12.034	-	(468)	-	-	11.566
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.502	-	(4)	-	(5)	82.493
Imobilizado em andamento		2.921	730	-	(19)	-	3.632
Total custo		<u>139.073</u>	<u>730</u>	<u>(907)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>138.890</u>
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	18	(3.772)	(74)	72	-	-	(3.774)
Máquinas e equipamentos	18	(27.908)	(759)	320	-	-	(28.347)
Veículos	30	(8.712)	(540)	468	-	-	(8.784)
Instalações e edificações	14	(385)	(3)	-	-	-	(388)
Equipamentos operacionais	24	(76.594)	(1.081)	4	-	-	(77.671)
Total depreciação		<u>(117.371)</u>	<u>(2.457)</u>	<u>864</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(118.964)</u>
Total geral		<u>21.702</u>	<u>(1.727)</u>	<u>(43)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>19.926</u>

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (c)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.131	-	(15)	134	-	4.250
Máquinas e equipamentos		31.628	-	(260)	875	-	32.243
Veículos		13.839	-	(2.838)	1.033	-	12.034
Instalações e edificações		390	-	-	11	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.413	-	(231)	332	(12)	82.502
Imobilizado em andamento		2.356	2.524	(25)	(1.934)	-	2.921
Total custo		139.479	2.524	(3.369)	451	(12)	139.073
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	17	(3.464)	(321)	13	-	-	(3.772)
Máquinas e equipamentos	18	(24.367)	(3.779)	238	-	-	(27.908)
Veículos	29	(9.534)	(1.984)	2.806	-	-	(8.712)
Instalações e edificações	13	(374)	(11)	-	-	-	(385)
Equipamentos operacionais	24	(68.824)	(8.000)	230	-	-	(76.594)
Total depreciação		(106.563)	(14.095)	3.287	-	-	(117.371)
Total geral		32.916	(11.571)	(82)	451	(12)	21.702

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) No trimestre findo em 31 de março de 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, a baixa de caução; e
 (c) Reclassificação de ativo intangível para imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 124 no trimestre findo em 31 de março de 2021 (R\$ 47 no trimestre findo em 31 de março de 2020). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi de 0,47% a.m. e de 0,34% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/03/2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.539.417	-	2.409	(3.608)	1.538.218
Direitos de uso de sistemas informatizados		15.065	-	1	(12)	15.054
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.328	578	-	-	3.906
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	251.709
Intangível		1.810.872	578	2.410	(3.620)	1.810.240
Intangível em construção		34.298	4.499	(2.409)	-	36.388
Total custo		1.845.170	5.077	1	(3.620)	1.846.628
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.185.821)	(39.704)	-	-	(1.225.525)
Direitos de uso de sistemas informatizados	31	(13.779)	(174)	-	-	(13.953)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*)	(208.604)	(4.830)	-	-	(213.434)
Total amortização		(1.409.557)	(44.708)	-	-	(1.454.265)
Total geral		435.613	(39.631)	1	(3.620)	392.363

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2021		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (d)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.524.718	23	14.685	(9)	1.539.417
Direitos de uso de sistemas informatizados		14.598	-	467	-	15.065
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.499	2.747	(918)	-	3.328
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		1.353	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios		251.709	-	-	-	251.709
Intangível		1.793.877	2.770	14.234	(9)	1.810.872
Intangível em construção		30.364	18.619	(14.685)	-	34.298
Total custo		1.824.241	21.389	(451)	(9)	1.845.170
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.025.288)	(160.533)	-	-	(1.185.821)
Direitos de uso de sistemas informatizados	30	(12.855)	(924)	-	-	(13.779)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	(188.505)	(20.099)	-	-	(208.604)
Total amortização		(1.228.001)	(181.556)	-	-	(1.409.557)
Total geral		596.240	(160.167)	(451)	(9)	435.613

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;

Notas Explicativas

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.
- (c) No trimestre findo em 31 de março de 2021 o valor de R\$ 3.608 refere-se a desapropriações e R\$ 12 refere-se a crédito de IRRF. Em 2020, refere-se a desapropriações;
- (d) Reclassificação de ativo intangível para imobilizado;

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.440 no trimestre findo em 31 de março de 2021 (R\$ 562 no trimestre findo em 31 de março de 2020). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019 foi de 0,47% a.m. e de 0,34% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar em 31/03/2021	Vencimento final	31/03/2021	31/12/2020
6ª Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (a)	3.706	565	Novembro de 2021	327.277	314.444 (b)(c)
Total geral						<u>327.277</u>	<u>314.444</u>
Circulante							
Debêntures						327.842	315.214
Custo de transação						(565)	(770)
						<u>327.277</u>	<u>314.444</u>

- (a) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (c) Garantia real.

Neste período de três meses findo em 31 de março de 2021, não ocorreu pagamento de principal conforme as cláusulas do contrato, além de novas captações ou liquidações de debêntures.

Não ocorreram novas captações e/ou liquidações durante o período. Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	31/12/2020		31/03/2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.369	174	(2)	129	(169)	2.501
Trabalhistas e previdenciários	2.547	34	(15)	54	(78)	2.542
	<u>4.916</u>	<u>208</u>	<u>(17)</u>	<u>183</u>	<u>(247)</u>	<u>5.043</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis e administrativos	458	235
Trabalhistas	<u>577</u>	<u>453</u>
	<u>1.035</u>	<u>688</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2021 é de R\$ 4.467 (R\$ 4.098 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio Líquido**a. Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Numerador		
Lucro líquido	76.333	72.079
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00520	0,00491
Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (a)	0,00572	0,00540

- (a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

Notas Explicativas

16. Receitas operacionais

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receitas de pedágio	250.151	247.031
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	3.201	2.503
Receitas acessórias	4.179	3.696
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	1.033	820
Receita bruta	<u>258.564</u>	<u>254.050</u>
Impostos sobre receitas	(22.093)	(21.799)
Deduções da receita bruta	<u>(22.093)</u>	<u>(21.799)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>236.471</u></u>	<u><u>232.251</u></u>

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(5.075)	(8.488)
Capitalização de custos de debêntures	1.564	609
Variação monetária sobre debêntures	(8.683)	(5.385)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(3)	(8)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(117)	(120)
	<u>(12.314)</u>	<u>(13.392)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	925	926
Rendimento sobre aplicações financeiras	482	1.999
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	5
Juros e outras receitas financeiras	205	250
	<u>1.613</u>	<u>3.180</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(10.701)</u></u>	<u><u>(10.212)</u></u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2021			31/12/2020		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	3.808	-	-	5.279	-	-
Aplicações financeiras	170.318	-	-	59.158	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.745	-	-	1.740	-	-
Contas a receber	-	67.214	-	-	60.990	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.309	-	-	2.816	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(327.277)	-	-	(314.444)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(22.612)	-	-	(28.842)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.215)	-	-	(4.054)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.301)	-	-	(1.367)
	<u>175.871</u>	<u>69.523</u>	<u>(354.405)</u>	<u>66.177</u>	<u>63.806</u>	<u>(348.707)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculados – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	327.842	342.034	315.214	337.088

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	172.063	60.898
Debêntures a pagar	327.277	314.444

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2021	327.842	(24.948)	(28.034)	(31.104)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁶⁾	CDI ⁽²⁾		170.318	4.403	5.504	6.604
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(20.545)</u>	<u>(22.530)</u>	<u>(24.500)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
				2,65%	3,31%	3,98%
				6,10%	7,63%	9,15%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Notas Explicativas

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2021, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA);
- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.896, referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.933 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

b. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 31 de março de 2021 esses compromissos estimados em R\$ 358.629 (R\$ 358.811 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- 20.1. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 31 de março de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Impostos a recuperar	(17)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(17)</u>	<u>-</u>
Outros de imobilizado	17	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>17</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

20.2. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

20.3. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	1.740	1.740
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento		
Aplicações (conta reserva)	5	5
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>5</u>	<u>5</u>
Saldo Final	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>

21. Eventos subsequentes

- Coronavírus**

Baseado nos Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de abril a 6 de maio de 2021, em comparação com mesmos períodos de 2020 e 2019, os seguintes efeitos na demanda:

Veículos Equivalentes					
01/abr/2021 a 06/mai/2021			01/abr/2021 a 06/mai/2021		
x			x		
01/abr/2020 a 06/mai/2020			01/abr/2019 a 06/mai/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
61,3%	27,1%	42,9%	-20,6%	18,2%	-5,7%

	<u>01/04/2021 a 30/04/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/04/2020</u>	<u>% Var.</u>
Receita líquida de receita de construção	75.389	52.757	43%

- Dividendos**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 05 de abril de 2021, foram aprovados o pagamentos de dividendos no montante de R\$ 75.100, correspondentes a R\$ 5,11750958563 por ação ordinária, e R\$ 5,62926054477 por ação preferencial e o saldo constituído como “Reserva de Retenção de Lucros” em 31 de dezembro de 2020, foi também, distribuído como dividendos adicionais no montante de R\$ 1.187.057,39, correspondente a R\$ 0,08088918151 por ação ordinária e R\$ 0,08897810081 por ação preferencial. Ambos os pagamentos ocorreram em 26 de abril de 2021.

* * *

Notas Explicativas**Composição do Conselho de Administração**

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Ana Luiza Borges Martins	Vice - Presidente do Conselho
Rodrigo Siqueira Abdala	Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha	Diretor Presidente DRI
Fábio Russo Corrêa	Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos relevantes desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Barueri/SP, 13 de maio de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor de Engenharia e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

Barueri/SP, 13 de maio de 2021.

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor de Engenharia e Operações